



CRISE ECONÔMICA: A INFLUÊNCIA NA CONTABILIDADE

Gabriel Arthur Ferreira
Graduando em Ciências Contábeis- Uni-FACEF
gabriel_arthur.af4@hotmail.com

Guilherme Braga da Silva
Graduando em Ciências Contábeis- Uni-FACEF
guilhermebraga46@yahoo.com.br

Matheus Felipe Serdeira
Graduando em Ciências Contábeis- Uni-FACEF
mserdeira@yahoo.com.br

Vinicius Berlocher de Oliveira
Graduando em Ciências Contábeis- Uni-FACEF
viniciusberlocher@gmail.com

MárcioBenevidesLessa
Mestre em Gestão Empresarial
marcio_lessa@facef.br

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar a importância da contabilidade em períodos de recessão econômica. A pesquisa tem como objetivos estudar, definir e apresentar os conceitos e as consequências, a destacar inflação e desemprego, das crises econômicas, exemplificadas por meio da Grande Depressão de 1929, da Bolha Imobiliária de 2008 e da Crise Brasileira de 2014 a 2016, e assim, apresentar as medidas tomadas pelo Governo, destacando as políticas fiscais e cambiais, para a retomada do crescimento. Também é objetivo mostrar de que forma a análise das demonstrações contábeis pode ser uma ferramenta para as empresas superarem as dificuldades impostas nesses períodos. Dessa forma, a pesquisa busca demonstrar a importância do fluxo de caixa, da análise de quocientes das provisões como um meio de planejamento para os gastos das empresas, para que a entidade esteja preparada para enfrentar os períodos de recessão da atividade econômica. Essa pesquisa tem caráter bibliográfico com fundamentação teórica nos estudos de Singer (1999), Mochón (2014) e Fontes (2010) que definem e discorrem sobre as crises econômicas, e de Viceconti (2015) e Padoveze (2017) no que diz respeito ao papel da contabilidade para a retomada do crescimento das empresas.

Palavras-chave: Ciclos Econômicos. Crise. Política Fiscal.

Abstract: The purpose of this article is to present the importance of accounting in periods of economic recession. The research aims are to study, define and present the concepts and consequences, highlighting inflation and unemployment, economic



crises, exemplified by the Great Depression of 1929, the Real Estate Bubble of 2008 and the Brazilian Crisis from 2014 to 2016, by presenting the measures taken by the Government, highlighting fiscal and exchange rate policies, for the resumption of growth. It is also intended to show how financial statement analysis can be a tool for companies to overcome the difficulties imposed in these periods. Thus, the research seeks to demonstrate the importance of cash flow, of quotient analysis and provisions as a means of planning for corporate spending, so that the entity is prepared to face the periods of economic recession. This research has a bibliographic character with theoretical foundation in the studies of Singer (1999), Mochón (2014) and Fontes (2010) that define and discuss about the economic crises, and Viceconti (2015) and Padoveze (2017) regarding the role of accounting for the resumption of corporate growth.

Key words: Economic cycles. Crisis. Fiscal Policy.

1. Introdução

De tempos em tempos o mundo se depara com a palavra crise. Isso se deve pelo fato de vivermos em ciclos econômicos, ou seja, as economias apresentam cenários de expansão e momentos de recessão da atividade econômica. Ao longo da história, tivemos vários desses momentos, que levaram grandes empresas e bancos a falência. Como exemplo de crise, podemos usar a Grande Depressão de 1929 e a Bolha Imobiliária de 2008.

No ato de uma crise, as empresas começam a observar a diminuição das suas vendas e, conseqüentemente, dos seus lucros. Por conta dessa queda no faturamento, as empresas são obrigadas a cortarem custos e começam a demitir os seus funcionários.

Com o cenário econômico conturbado, nota-se um número maior da taxa de desemprego e inflação. Com o objetivo de regularizar a economia e combater a crise, o Governo busca ajustar suas políticas fiscais, monetária, cambial e de renda.

As empresas então buscam auxílio nas suas respectivas contabilidades, utilizando algumas ferramentas, como fluxo de caixa e análise das demonstrações contábeis, a fim de coletar dados que as ajudem a analisar o cenário macroeconômico, para que a empresa possa tomar as melhores decisões na busca por soluções eficientes para retomar o crescimento.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivos definir quais são os ciclos econômicos, conceituar e mostrar exemplos de crises econômicas ao longo da história e apresentar as medidas que foram tomadas pelo Governo brasileiro durante a crise econômica global de 2008 para a retomada do crescimento. Algumas medidas tiveram destaque, como a desoneração da folha de pagamento, isenção de impostos e incentivo do consumo em determinados setores do mercado, a mudança na data de pagamento de alguns tributos e redução de alíquotas do imposto de renda.



Também é objetivo do trabalho mostrar de que forma a análise das demonstrações contábeis pode se tornar uma ferramenta para auxiliar as empresas a superar as dificuldades impostas nesses períodos, por meio de provisões e da contabilização da depreciação dos bens.

2. Crise econômica: Conceito

Uma crise econômica, segundo Paul Singer (1999, p. 25), é marcada por *booms* econômicos insustentáveis, seguidos de recessões calamitosas, que ocorrem de forma brusca e repentina no sistema econômico de um país. Esse fenômeno pode ser considerado cíclico, já que está fortemente ligado ao sistema capitalista, o qual combina sua alta capacidade de inovação no auge de uma produção econômica e tolerância com os riscos.

Esse período de risco é representado pela depressão, caracterizada por uma queda dos indicadores de desempenhos produtivos da economia, que provoca uma recessão, e ocorrendo uma diminuição da produção e dos recursos, suscitando em desempregos e possíveis estagnações empresariais.

Sendo assim, esse período de redução pode ser seguido de uma recuperação econômica, com a finalidade de alcançar um novo “boom” na economia.

3. As grandes crises econômicas ao longo dos tempos

Ao longo dos tempos podem-se observar inúmeras crises econômicas. Algumas de caráter pontual e outras de caráter global.

3.1 Crise de 1929 (Grande Depressão)

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), conforme salienta Velasco (2014, online), os países da Europa estavam completamente envolvidos na guerra e como consequência, suas indústrias e produções foram afetadas. Com isso, os Estados Unidos passaram a suprir a demanda da Europa de produtos como aço, comida, máquinas, carvão entre outros itens básicos para a manutenção da guerra. Desde a Guerra de Secessão (1861 – 1865), os Estados Unidos passaram a produzir armas e munições em larga escala e, com isso, passou a se beneficiar por suprir as necessidades das guerras em que participavam, como daquelas que apoiavam os países com quem estavam aliados.

Como consequência do fornecimento de produtos para países europeus, a economia Norte Americana viveu um período de expansão econômica. Ainda na década de 1920, as empresas passaram a investir em títulos na bolsa. Com isso, a economia mostrava uma infinidade de possibilidades, como altos consumos e altos lucros, e foi criado a cultura de acordo com Louisville apud Velasco (2014, online), o “American Way of Life” ou Modo de Vida Americano. Bens



duráveis, como os carros, atingiram altos índices. Assim, os norte-americanos viviam no auge do capitalismo.

A economia dos Estados Unidos girava, em boa parte, em torno da especulação na bolsa, portanto artificial. Em 24 de Outubro de 1929, conforme descreve Velasco (2014, online), ocorreu o fenômeno econômico de caos na bolsa de valores de Nova York, denominado “Quebra da Bolsa de Nova York”, fenômeno este proporcionado pelo limite da bolsa de ações norte americana que se rompeu, dando início a uma crise sistêmica.

Conforme salienta Velasco (2014, online), em seu artigo “Quebra da Bolsa de Valores de Nova York”, a crise foi consequência da euforia econômica Norte Americana. Com o aumento do consumo, as indústrias passaram a produzir mais produtos, entretanto houve um momento que já não havia demanda para as mercadorias fabricadas. Esse fato fez com que inúmeras indústrias começassem a falir.

Pode-se observar que o fenômeno da quebra da bolsa foi o estopim da crise que perdurou em boa parte da década de 1930, em vários países, principalmente naqueles de sistema econômico capitalista.

Diante do cenário que se instalou nestas economias, as empresas não precisavam mais da mão de obra empregada para dar conta da pouca demanda de produtos. Com isso, passaram a ocorrer várias demissões, o que aumentou o índice de desempregados. Donos de bancos encararam a falência. A economia dos Estados Unidos e dos países de economia capitalista atingidos pela crise travou.

Os países que tinham laços econômicos com os Estados Unidos também foram afetados pela crise econômica. Aqueles que exportavam para os norte-americanos passaram a ter grandes estoques de seus produtos. No Brasil o produto com grandes estoques foi o Café.

Para tentar solucionar os problemas da Crise, nos Estados Unidos, o presidente eleito Roosevelt (1933 – 1945) implementou o Plano chamado New Deal. Esse plano buscava, segundo Cotrim apud Toffoli (2014, online), restabelecer o mercado através de controle da produção visando à manutenção dos preços dos produtos, criação da previdência social, criação de um salário-desemprego para aliviar a situação da miséria dos desempregados.

Entre as medidas tomadas, estava a ampliação das obras públicas, que visavam o aumento das vagas de emprego, a criação de empresas estatais, restabelecimento das indústrias, que passam a produzir para suprir as obras de estradas, canais, portos, escolas, moradias e canais de irrigação. Outras medidas tomadas pelo Governo Roosevelt foi a criação de leis para proteger os trabalhadores e desempregados.

O programa New Deal teve sua parcela de sucesso, mas a Grande Depressão só teve fim com o início da Segunda Guerra Mundial. Os Estados passaram a exportar produtos para suprir a Guerra.

3.2 Crise econômica de 2008



O cenário econômico mundial, em 2008, passou por um período sombrio, o que não se via desde a Grande Depressão de 1929, e de acordo com o que descreve Pena (2013, online) o capitalismo enfrentou sua primeira grande crise do século XXI, que foi denominada de crise financeira.

A crise financeira de 2008 teve seu estopim com o estouro da chamada bolha imobiliária nos Estados Unidos.

A bolha forma-se quando um produto ou mercado aumenta além do seu valor real. Quando se tem a redução dessa valorização, a bolha estoura e, conseqüentemente, muitos ficam no prejuízo.

Nos Estados Unidos havia a prática da hipoteca, em as pessoas conseguiam empréstimos colocando o próprio imóvel como garantia. Como os juros estavam baixos e havia muito crédito, as pessoas começaram a hipotecar suas casas para comprar mais imóveis, tornando o mercado imobiliário muito atrativo para as pessoas e para as empresas.

O grande problema é que as hipotecas são títulos negociados pelos bancos, empresários e instituições financeiras. Quando essa dívida se torna um risco iminente de calote, o valor delas despencam e seus investidores ficam no prejuízo.

Nos Estados Unidos a inflação começou aumentar e, com isso, o Governo precisou diminuir o crédito. Com essa diminuição, o mercado imobiliário desaqueceu e, como consequência, entrou em queda. Com isso, as pessoas deixaram de pagar suas hipotecas e a crise se difundiu. A crise também ficou conhecida de *Crise do Subprime*.

Os efeitos da crise resultaram em uma maior desconfiança do mercado, com os bancos dificultando empréstimos e limitando o crédito, o que, portanto, diminuiu a capacidade de investimentos das empresas.

Essas diminuições da capacidade de investimentos das empresas acabaram gerando menos empregos e, na sequência, vieram as demissões em massa. Com as demissões, o consumo diminuiu e, como consequência, o lucro das empresas, resultando em novas demissões. A crise encontrou seu ápice quando o banco *Lehman Brothers* decretou falência, isso fez com que novas dívidas e títulos perdessem seu valor e investimentos e ações despencassem.

3.3 Crise econômica brasileira (2014 a 2016)

De acordo com Carvalho (2018, online), o Brasil teve uma diminuição real do valor do seu PIB ao longo do período que compreende abril de 2014 a dezembro de 2016. O motivo deste decréscimo foi a crise global de 2008 (destacada acima), e as políticas adotadas pelo Governo. O país é um grande exportador de commodities, cujos preços são definidos pelo mercado internacional.

Mas como a grande maioria dos países encontrava-se sobre efeito da Crise de 2008, os preços dos produtos caíram. Com a queda do preço das commodities, as exportações brasileiras foram afetadas. Com esse fato, somado as



políticas econômicas adotadas pelo Governo, o Brasil passa a sofrer uma recessão econômica.

Nesse período, ainda segundo Talita (2018), houve um aumento no nível de desemprego, cuja taxa atingiu o patamar de 13,7% em março de 2017. Como consequência do alto desemprego, a renda e o consumo das famílias diminuiram.

Os gastos do Governo também contribuíram para a crise. Nesse mesmo período ocorreram duas grandes cerimônias no país – A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. O Governo então precisou realizar obras públicas para a preparação desses dois eventos. Tais gastos, somados a outros, estimularam a economia, aumentaram a dívida do Estado, além de aumentarem a inflação, que prejudicou a gestão fiscal do Governo.

A maior parte do problema se deu por conta de uma política econômica desastrosa. O Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) apostou em baixar juros a força, incentivar o consumo e beneficiar setores e companhias seletivamente. O ideal seria promover reformas que facilitassem os negócios no país. A inflação alta se dá pelo barateamento forçado dos combustíveis e da energia elétrica que apresentam agora seus custos, e com isso as contas públicas saíram do controle. Assim, como aponta Carmo (2016, online): “Ficou clara a situação de desequilíbrio, com a estagnação do PIB ao mesmo tempo que a inflação aumenta”.

O ideal contra a inflação alta é aumentar os juros, mas com o cenário apresentado, não seria possível aumentar os juros, na medida em que aumentaria a dívida pública.

4. Ciclos econômicos

De modo geral, é preciso entender que as crises econômicas ocorrem por conta da existência dos ciclos econômicos, ou seja, as economias apresentam alguns momentos de expansão e outros de queda da atividade econômica. Isso significa que de tempos em tempos ocorrerão crises, visto que isso é um padrão do sistema capitalista.

Boyes e Melvin (2006, p. 234) determinam que:

Os ciclos econômicos são formados por quatro fases: a expansão (boom), quando o PIB real cresce; o pico, que marca o final do crescimento e o início de um período de retração; a retração (recessão), quando o PIB real cai; e a depressão, que marca o final da retração e a retomada do crescimento. (BOYES e MELVIN, 2006, p. 234).

Mochón (2014, p. 274) define ciclo econômico como “as flutuações do PIB e do emprego em torno de uma tendência, nas quais se podem reconhecer fases de expansão e outras de recessão”.

Nos momentos de expansão a produção e o emprego tendem a aumentar. Essas fases são seguidas por momentos de recessão, e circunstancialmente, de depressão, em que a produção cai e o desemprego tende a



umentar. Com isso, o sistema econômico chega ao fundo do poço e assim começa um período de recuperação. Esse período de recuperação pode levar a economia novamente a um momento de expansão, no qual haverá o aumento do emprego e da produção nacional, reiniciando o ciclo.

Observa-se pelos registros históricos, que, até o presente momento, nenhum país foi capaz de erradicar as recessões, embora estas imponham pesados custos à sociedade. Isso ocorre porque não existe uma unanimidade em relação às causas e características dessas oscilações no ciclo econômico.

5. Flutuações cíclicas: A lógica do seu funcionamento.

Mochón (2014, p. 276) toma como referência o funcionamento do mercado de trabalho para explicar os motivos desse processo cíclico. É importante lembrar que na curva de oferta de trabalho, o salário real mostra o custo de oportunidade do último trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, e que na curva de demanda, o salário real indica o lucro obtido pela empresa ao contratar o último trabalhador. Apenas no nível de emprego de equilíbrio que ocorre uma relação de benefício mútuo, em que empregador e empregado saem lucrando.

Durante uma recessão, o mercado de trabalho se encontra em desequilíbrio, pois o emprego é inferior ao nível de equilíbrio. Com isso, as empresas têm incentivos para aumentar o emprego, pois o lucro advindo da admissão de um trabalhador é superior ao seu custo de oportunidade. Esses incentivos para o aumento do nível do emprego são responsáveis para que as recessões não durem eternamente e a economia entre em um período de recuperação, tanto no nível de emprego quanto de produção.

Já numa fase de expansão, o nível de emprego pode ser superior ao de equilíbrio, fazendo com que o custo de oportunidade de certos trabalhadores seja superior ao lucro obtido pelas empresas com os seus trabalhos. A partir disso, as empresas terão incentivos para reduzir o nível de emprego, e isso explica o fato de as expansões terminarem, ocasionando períodos de recessão.

Existe a ótica pela lógica do consumo, na qual se acredita que a despesa de consumo depende do nível da renda nacional. Afirma-se que:

[...] deve-se a essa doutrina o fato de que o componente principal da renda nacional, o investimento, seja tomado como motor primeiro das flutuações daquela renda, enquanto o consumo desempenha um papel passivo. (MATTHEWS, 1964, p. 114).

O autor também cita os estudos de Keynes (1883-1946), que afirmam que os homens se mostram dispostos a aumentarem o seu consumo à medida que sua renda cresce, porém não na mesma proporção que a renda aumenta. A partir disso, cria-se a função poupança, ou seja, a renda deixa de ser investida no presente, e as famílias pensam em ter esse capital no futuro. Com isso, é possível afirmar que o consumo cai, bem como a atividade econômica no curto prazo, em relação à renda que os agentes econômicos possuem.



É frequente que variações de gastos de um ou mais setores da economia, em algum momento vão ser transmitidos para toda a economia, estando relacionados com o início de fases de expansões e recessões.

Mochón (2014, p. 276) toma como exemplo o setor turístico para explicar como a flutuação em um setor será transmitida para o restante da economia:

Aumentando o número de turistas, aumentarão o emprego no setor e o consumo realizado pelos turistas. [...] Dessa forma, a produção da economia aumentará, e o emprego crescerá acima do nível de pleno emprego. Para explicar a origem de uma recessão, imaginemos, por exemplo, que, devido a eclosão de uma guerra, cujo alcance ainda não se sabe nem qual será, as empresas do setor turístico percebem que começam a cair as reservas de hotéis e passagens e temam que surja uma crise no setor. Diante disso, começam a reduzir sua atividade e a despedir funcionários. Ao ver sua renda cair, os trabalhadores demitidos cortam gastos em diversos bens de consumo e adiam a compra de qualquer bem mais dispendioso. Isso fará com que outras empresas (as que produzem esses bens e serviços que não foram comprados) reduzam sua produção, demitam seus trabalhadores etc. Assim, o que começou como uma percepção e uma pequena queda na atividade pode contagiar outros setores, provocando uma verdadeira recessão. (MOCHÓN, 2014, p. 276-277).

Em resumo, o autor demonstra por meio de um exemplo no setor turístico que diversos setores podem ser afetados a partir da queda de atividade de um determinado setor, podendo provocar uma recessão em maior escala.

De acordo com o autor, políticas estabilizadoras são políticas macroeconômicas, que costumam ter cunho monetário ou fiscal, que os Governos adotam para amenizar os efeitos das flutuações cíclicas.

Dessa forma, durante as recessões, o Governo pode adotar medidas a como redução de impostos em determinados setores a fim de impulsionar a produção e a demanda no setor. De forma complementar, o Banco Central poderá decidir elevar a quantidade de moeda para ajudar a economia a sair da recessão. Em contrapartida, quando a economia se encontra no auge e os preços crescem em um ritmo acelerado, o Governo atuará com políticas monetárias e orçamentárias a fim de evitar os problemas de superprodução e inflação.

Em suma, utilizando essas políticas, o Governo busca estabilizar a economia, situando-a o mais próximo de seu nível potencial e com um baixo nível de inflação. Quando a economia se encontra em recessão, essas políticas são denominadas expansivas e em momentos de forte expansão são nomeadas contrativas.

Na teoria Keynesiana, acredita-se que, em uma economia que passava por um período de depressão, seria pouco provável que os empresários aumentassem seus níveis de investimento. Para isso, Viceconti e Neves (2013, p. 274) apresentam que “a proposta de Keynes para que a economia alcançasse o pleno-emprego, era de que o Governo aumentasse seus gastos”.



A teoria defendia o aumento dos gastos governamentais, para que então aumentasse a demanda agregada, ou seja, o somatório de bens e serviços que os agentes econômicos (o Estado, empresas e consumidores) estão dispostos a comprar por um preço definido no mercado, e com isso, atingir o objetivo do pleno-emprego da mão de obra.

Também afirmam estes autores que a teoria Keynesiana revolucionou o pensamento econômico de sua época, pois se acreditava que o Governo deveria manter uma postura neutra em relação às flutuações da economia.

6. Consequências das crises

Após demonstrado o conceito de crise e a forma como elas ocorrem, apresentam-se as suas consequências, destacando as mais sentidas pelo ambiente econômico e social, como desemprego e inflação.

6.1 Desemprego

O desemprego é uma das causas de uma crise econômica. Com a redução da atividade econômica, as empresas passam a vender menos e, como consequência natural, o lucro cai. Com a diminuição do lucro e as poucas vendas, as empresas optam por diminuir os gastos para tentar maximizar o lucro. Com essa opção, a empresa passa a demitir seus funcionários.

Segundo Keynes apud Wessels (2010, p. 66), o desemprego é causa de um fenômeno decorrente de variações da demanda agregada corrente e esperada. O que leva os empresários a aumentar ou diminuir o número de empregados em suas instalações são as perspectivas futuras em relação às suas atividades no mercado.

Se o empresário analisa um futuro sem muitas expectativas para os seus produtos no mercado, ele não aumenta o número dos seus funcionários. Em caso de diminuição da demanda, as firmas tendem a diminuir seus funcionários.

A diminuição dos empregados por parte das empresas pode ocorrer depois das instituições esgotarem suas alternativas à demissão, como, por exemplo, ajustes de estoque, renegociações salariais, férias coletivas.

Com o aumento do desemprego, a população empregada também sofre as consequências, pois, em certa medida, paga os custos dos desempregados por meio de impostos mais altos e seguro desemprego.

Para ajudar a combater o desemprego, Keynes propõe algumas iniciativas, como: Que os agentes econômicos aumentem os investimentos educação e treinamentos, redução dos encargos trabalhistas.

O desemprego no Brasil é medido com base em uma amostra probabilística, onde são entrevistadas 38.500 pessoas. De acordo com Wessels (2010), o IBGE situa as respostas dessas pessoas em três categorias: População ocupada, população desocupada e população não economicamente ativa.



A primeira é formada por aquelas pessoas que estão empregadas, a segunda composta por aquelas pessoas que estão desempregadas e por último, a categoria de população não economicamente ativa é formada por aquelas pessoas que estão fora da força de trabalho, ou seja, os estudantes em tempo integral, aposentados e os trabalhadores desestimulados – aqueles que gostariam de trabalhar, mas já desistiram de procurar trabalho.

Uma economia em recessão ajuda a aumentar o número de desempregados, isso porque, com a queda do produto, aumenta-se o número de demissões e demora-se mais tempo para achar um trabalho. Portanto o número de desempregados incha durante uma recessão.

6.2 Inflação

De acordo com Fontes (2010, p. 130), inflação é o aumento continuado do nível geral de preços. A inflação em todo país é medida através da variação de preços de vários produtos ao mesmo tempo.

Quando os aumentos na quantidade de moedas acompanham o aumento na produção, não se tem um cenário de inflação. Mas quando a quantidade de moeda aumenta mais rapidamente que a produção, a inflação se manifesta. O crescimento monetário se dá pelos elevados gastos governamentais que não são compensados com o aumento dos impostos ou empréstimos junto ao setor privado.

Como consequência desse aumento, temos uma perda do poder aquisitivo da moeda, ou seja, uma mesma quantidade de Reais é capaz de comprar menos bens e serviços. Com isso, as empresas passam a vender menos produtos e, como uma consequência natural, os lucros delas diminuem. Com o lucro menor, as empresas passam a cortar gastos e demitir seus funcionários.

Para medir quanto os preços aumentaram, a sociedade se utiliza de índices de preços. O índice de preços compara os preços de cesta de bens atual com a de um determinado período base. Como a demanda e a oferta de cada produto podem variar por razões muito específicas e pouco relacionadas ao estado geral da economia, essas oscilações de preço individuais não dizem muita coisa sobre a trajetória da inflação. Dessa forma, o que precisamos lembrar é que a inflação é um fenômeno macroeconômico.

Os três índices principais para medir os preços são: Índice de preços ao consumidor (IPC), Índice de preços ao produtor (IPP) e Deflator do PIB. O primeiro mede o custo de produtos de consumo, o segundo mede o custo de um produto produzido pelas firmas e o terceiro mede o preço dos bens produzidos no país.

Estes índices são úteis para ajudar a verificar tanto o desempenho das empresas quanto a apuração do exercício atual, em relação a exercícios de períodos anteriores.

7. Papel do Estado



Mochón (2014, p.132) afirma que “o Estado intervém na atividade econômica em busca da eficiência, da equidade, da estabilidade econômica e do crescimento”. Nesse sentido, as principais funções do Estado seriam aumentar a eficiência econômica, no sentido de combater falhas de mercado, estabilizar a economia proporcionando o crescimento e buscar uma melhor distribuição de renda. Para atingir tais metas, o Estado utiliza da política macroeconômica, sendo elas:

A Política Fiscal, que Pereira apud Alverga (2010, online) define como “o uso consciente dos meios fiscais do Governo – tributação, gastos e dívida pública, com o objetivo de neutralizar as tendências cíclicas da economia, traduzidas por inflação e recessão”.

Já a Política Monetária, conforme Fontes (2010, p. 150), busca adequar a quantidade de moedas disponíveis as necessidades econômicas do país. A adequação é feita pelas ações reguladoras, exercidas pelas Autoridades Monetárias sobre os recursos monetários existentes, para que eles sejam usados da melhor forma possível. Ela se divide em expansionista, quando se aumenta o volume de dinheiro em circulação, e contracionista, quando se retira dinheiro de circulação.

A Política Cambial diz respeito às operações de trocas de moedas de um país para com outro, quando esses mantêm relações entre si. Fontes (2010, p.221) define a taxa de câmbio como “a quantidade de moeda nacional necessária para se adquirir uma unidade de moeda estrangeira”

Por último, a Política de Renda é a interferência do Governo na formação de rendas, através do controle e congelamentos de preços. Esse controle se dá através do combate da Inflação. A distribuição de renda é uma meta importante na macroeconomia e os estudos de Garcia e Vasconcellos (2002, p. 86) apontam que “a renda de todas as classes aumentou. O problema é que, embora o pobre tenha ficado menos pobre, o rico ficou relativamente mais rico”.

Em resumo, através dessas políticas macroeconômicas o Estado adota medidas que buscam atingir as 4 principais metas da política econômica: alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda socialmente justa e crescimento econômico.

8. Medidas para o crescimento econômico

Em períodos de recessão econômica, o Governo é pressionado a tomar providências para a retomada do crescimento, tais como: isenção de impostos sobre determinados produtos, desoneração na folha de pagamento de determinados setores, criação de incentivos fiscais, entre outros.

8.1 Medidas tomadas pelo Governo no Brasil para conter os efeitos da Crise Econômica Mundial em 2008.

A primeira medida tomada pelo Governo Lula foi o anúncio da redução da meta de superávit primário, em outubro de 2008. Sicsú (2016, online) destaca



que esse anúncio “foi importante porque o Governo sinalizou que a saída era no campo fiscal.” Desta forma, o Governo decidiu aumentar os gastos públicos com o intuito de ativar a economia e mudar a composição dos gastos.

Em 06 de novembro de 2008, o Governo anunciou o oferecimento de créditos de US\$ 6,9 bilhões a pequenas e médias empresas e ao setor automotivo. Com essa medida, o Governo buscou incentivar a produção e diminuir a possibilidade de desemprego em massa nessas empresas e setores, que se viram ameaçadas com a crise. O incentivo na produção e a manutenção do emprego fariam com que o consumo também tivesse um aumento.

Em 11 de novembro de 2008, a Caixa Econômica Federal anunciou o aumento do limite de empréstimo para compra de material de construção de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil, visando aumentar o consumo no setor da construção civil e moradia. No dia 12 de novembro de 2008, a Caixa Econômica Federal anunciou a liberação de crédito de R\$ 2 bilhões ao consumo, o que beneficiou pessoas físicas na compra de eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, móveis e materiais para construção.

Em 2009, o Governo lançou o programa Minha Casa Minha Vida, que foi uma iniciativa muito importante na medida em que também visava impulsionar o consumo, emprego e manter a economia ativa. A construção civil é um setor intensivo de trabalho, ou seja, máquinas não podem substituir o ser humano que, portanto, é contratado para trabalhar.

Em 17 de novembro de 2008, o Governo publicou uma medida provisória que alterou os prazos de pagamento do Imposto de Renda recolhido na fonte, da contribuição previdenciária, do PIS/Cofins e do IPI. O Governo estimava que a mudança nas datas acarretasse um alívio de R\$ 21 bilhões aos caixas das empresas brasileiras. Com isso, as empresas poderiam investir o capital em outras finalidades para aumentar a sua produção e oferta de bens e serviços para a sociedade.

Em 11 de dezembro de 2008, o Governo Federal anunciou um pacote de medidas anti-crise, com mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda, corte de tributos e isenção de IPI para carros de modelos 1.0. Essas medidas fizeram com que o custo das empresas diminuísse e, portanto, os produtos ficaram mais baratos para o consumidor, novamente incentivando a circulação de mercadorias para evitar a crise.

No início de 2009, a taxa básica de juros Selic foi reduzida, afinal em 2008, os juros eram 13,75% ao ano e ao final de 2009, chegou a 8,75%, cinco pontos percentuais de redução. Ao final de 2018, por exemplo, a taxa Selic encontrava-se em 6,50% ao ano.

Tabela 01: Evolução da Taxa Selic (2008-2018)

Data	Vigência	Taxa Selic (ao ano)
12/12/2018	13/12/2018 – 06/02/2019	6,50%



06/12/2017	07/12/2017 – 07/02/2018	7,00%
30/11/2016	01/12/2016 – 11/01/2017	13,75%
25/11/2015	26/11/2015 – 20/01/2016	14,25%
03/12/2014	04/12/2014 – 21/01/2015	11,75%
27/11/2013	28/11/2013 – 15/01/2014	10,00%
28/11/2012	29/11/2012 – 16/01/2013	7,25%
30/11/2011	01/12/2011 – 18/01/2012	11,00%
08/12/2010	09/12/2010 – 19/01/2011	10,75%
09/12/2009	10/12/2009 – 27/01/2010	8,75%
10/12/2008	11/12/2008 – 21/01/2009	13,75%

Fonte: Adaptado de ADVFN (online).

É possível observar que durante a crise econômica que o país sofreu entre 2014 e 2016, a taxa Selic aumentou e a partir dos indícios de que o país estava saindo da crise e retomando o crescimento esse índice foi reduzido em 2017.

8.2 Desoneração na folha de pagamento

Desonerar significa tirar ou diminuir o ônus, ou seja, desobrigar alguém de fazer alguma coisa ou reduzir a obrigação. No caso da desoneração da folha de pagamento, o objetivo é reduzir a carga tributária paga por uma empresa em cima da folha de pagamento, substituindo a base de cálculo da contribuição, que deixa de ser a folha de pagamento e passa a ser a receita bruta das empresas. Ela foi criada em 2011 por meio da Lei 12.546/2011.

Sem a desoneração da folha de pagamento, a carga tributária fica tão grande que alguns setores chegam a pagar, só de encargos, mais de 100% do salário de cada empregado. Isso significa que se um empregado ganha R\$ 1.000,00, a empresa paga mais de R\$ 1.000,00 de tributos. O custo para manter esse empregado, portanto, é dobrado. Isso gera algumas consequências, como por exemplo, os baixos salários, poucas contratações, demissões e falta de competitividade das empresas.

8.3 Como funciona a desoneração da folha de pagamento?

No modelo tradicional de tributação do INSS, as empresas recolhiam 20% do total da remuneração paga aos seus colaboradores — exceto optantes pelo Simples Nacional —, visando o custeio da Previdência Social. Com isso, companhias que tinham mais funcionários e, portanto, mais gastos com remunerações, tinham um custo maior com o INSS.

Com a mudança, o percentual de cobrança passa a ser sobre a Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB). Tal medida oferece ao



empreendedor alíquotas diferenciadas que incidem sobre a receita bruta, conforme o segmento de atuação.

É importante destacar que aderir à desoneração da folha de pagamento é opcional, isto é, as empresas poderão escolher qual a forma de tributação é mais vantajosa: ou pela contribuição sobre a folha de pagamento ou pela contribuição sobre a receita. Ela se torna benéfica quando o valor da base de cálculo dos 20% (folha de pagamento) corresponder, no mínimo, a 22,5% da receita bruta do mês.

A desoneração da folha de pagamento foi uma medida tomada pelo Governo no plano Brasil Maior, com a finalidade de diminuir os encargos com a folha de pagamento. A proposta era estimular o aumento de contratações, incentivando assim a elevação da formalização do emprego no país. Dessa forma, foi instituída uma alteração na alíquota e também na base de cálculo.

A desoneração da folha de pagamento instituída pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 foi alterada pela Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018. Em setembro de 2018, o regime de recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que substitui o recolhimento do INSS patronal incidente sobre a folha de pagamento, teve importantes alterações.

Essa forma de recolhimento que inicialmente era obrigatória para alguns segmentos empresariais, em dezembro de 2015 passou a ser opcional, devendo ser manifestada pelos contribuintes no mês de janeiro de cada ano sendo irretratável para todo o exercício.

9.A importância da contabilidade nos momentos de recessão econômica

Em momentos de recessão econômica, as empresas se veem em uma situação delicada, em que suas receitas tendem a cair e o custo dos seus produtos tende a aumentar. Para melhor análise do contexto macroeconômico as instituições recorrem à contabilidade.

Buscando informações e seu histórico, as entidades procuram através das demonstrações contábeis, como por exemplo, o fluxo de caixa, analisar o perfil dos custos e despesas e possíveis inadimplências. Dentre as possibilidades que a contabilidade oferece a empresa destacam-se itens como o auxílio na tomada de decisões, sugerindo se um investimento deve ou não ser realizado, se a empresa deve buscar um novo fornecedor ou negociar um prazo maior para o pagamento das matérias primas, por exemplo. Outro ponto que a contabilidade poderá auxiliar a empresa nesses períodos de crise é evitar que a empresa sofra multas e penalidades desnecessárias, cumprindo com a entrega das obrigações acessórias e orientando que os responsáveis pela empresa sigam as normas vigentes para não serem multados pelo Fisco.

A assessoria e consultoria contábil também poderá auxiliar a empresa a optar pelo melhor regime tributário, realizando estudos e análises do cenário da empresa e sugerir qual regime, dentro dos aspectos legais aplicáveis, a empresa deverá optar para ter menos encargos



Como salienta Santos (2008, online) o fluxo de caixa é uma das ferramentas mais eficazes para analisar as necessidades de capital de giro, revisar seus procedimentos operacionais, suas políticas de venda, seu mercado, seus produtos e controles adequados para gerenciamento da empresa. A partir da análise das demonstrações contábeis, especialmente do fluxo de caixa, a empresa identifica qual a sua situação no momento de crise e pode realizar orçamentos para futuros investimentos ou corte de gastos que não sejam essenciais para a atividade que realiza, dentre outras situações que poderão ser analisadas.

Uma contabilidade adequada é aquela que além de realizar os procedimentos triviais como o cumprimento de obrigações fiscais, escrituração contábil, dá apoio ao empresário no dia a dia nas tomadas de decisões auxiliando e orientando-o.

10. A importância da análise das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras são uma ótima fonte de informações, apresentando uma série de dados que ajudam a identificar os indicadores de desempenho. A partir da análise das demonstrações é possível medir indicadores que mostram os principais pontos positivos e negativos da empresa. Conhecer esses pontos é essencial para melhorar os pontos fracos e prevenir que ocorram novamente.

No processo de tomada de decisão, quando o gestor possui esses índices e realiza uma análise comparando com outros anos, é possível averiguar a melhor opção para um melhor desenvolvimento com estratégias baseadas nessas informações.

Em períodos de crise econômica, o contador deve auxiliar a empresa na análise dos índices comparando a evolução desses dados ano após ano e apresentando soluções para que os índices se mantenham dentro do ideal.

Para facilitar a compreensão esses indicadores são divididos em campos: os Índices de Liquidez, que refletem o momento financeiro de uma empresa e sua capacidade de pagamento; os Índices de Endividamento, que representam as fontes de capital da empresa, determinando qual a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros; e, os Índices de rentabilidade, que apresentam evidências que possibilitam afirmar se a empresa é, ou não, rentável e por conta disso são os índices de maior interesse para os gestores e sócios.

10.1 Índices de liquidez

Uma boa gestão da liquidez é fundamental para as empresas em períodos de crises, pois é necessário conhecer a capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações como o pagamento de fornecedores, funcionários, impostos e quitação de empréstimos bancários, por exemplo. Para isso, a empresa deverá ter a sua disposição os recursos necessários para que não encontre dificuldades no momento de honrar os seus pagamentos.



O estudo da liquidez ou solvência, como também é conhecido, se dá analisando o relacionamento das obrigações a pagar com diferentes fontes de capital. Os principais quocientes analisados são os índices de liquidez geral, corrente, seca e imediata.

Em períodos de recessão da atividade econômica, o contador deve atentar-se a evolução dos índices ao longo dos anos para informar ao empresário qual a situação que sua empresa atravessa. Para que a empresa esteja em uma situação confortável, os quocientes devem manter-se elevados, porém quando ocorrem quedas nos índices as empresas entram em situações perigosas, correndo riscos de não cumprir todas suas obrigações.

10.1.1 Índice de Liquidez Geral

De acordo com Bruni (2011, p. 125) “o índice de liquidez geral possui o propósito de estudar a saúde financeira da empresa no longo prazo”. Em resumo, esse índice considera todas as possibilidades de realizações de ativos da empresa, incluindo os realizáveis a longo prazo, e todas as obrigações existentes da empresa.

O índice de liquidez geral é apresentado a partir da soma do Ativo Circulante com as Aplicações Financeiras Realizáveis a Longo Prazo, dividido pelo Passivo Exigível e pode ser entendido como quantos reais a empresa tem a receber para cada real que a empresa deve.

Em uma análise, o contador deve examinar se o índice reduziu de um ano para outro, pois quanto o menor o índice se tornar, maior a preocupação com as dívidas. Ou seja, significa que o volume de obrigações a pagar aumentou em relação aos bens e direitos que a empresa tem a receber.

O ponto negativo da análise do índice de liquidez geral é que nele são consideradas contas de diferentes graus de realização, já que são incluídas as contas de longo prazo. Por conta disso, também são analisados outros índices para avaliar a liquidez da empresa.

10.1.2 Índice de Liquidez Corrente

De acordo com Bruni (2011, p. 129) o índice de liquidez corrente “representa quantos reais a realizar a empresa possui para cada real a pagar dentro de um horizonte de 12 meses.” Ou seja, esse quociente é utilizado para enfatizar a liquidez da empresa no curto prazo. Dessa forma, é apresentado a partir da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

No momento da análise o contador deverá considerar que quanto maior o valor da liquidez corrente, maior a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto prazo e menor o risco oferecido. Nos períodos de recessão econômica deverá ser analisada a evolução desse índice, para avaliar qual era a situação da empresa durante a crise comparada a situação antes da queda da atividade e quais atitudes deverão ser tomadas caso ocorra a diminuição da capacidade de pagamento da empresa.



O ponto negativo na utilização do índice de liquidez corrente está na utilização de contas de diferentes níveis de realização, como por exemplo, as duplicatas a receber e os estoques. Não existem garantias de que todos os clientes cumprirão os pagamentos nem de que todos os seus estoques serão vendidos, especialmente em momentos de crise econômica.

10.1.3 Índice de Liquidez Seca

Uma das adversidades na análise do índice de liquidez corrente para avaliar a situação da empresa consistia na inclusão dos estoques no cálculo sem a garantia de que serão negociados no curto prazo.

Bruni (2011, p. 131) afirma que o índice de liquidez seca “representa o quanto a empresa possui a realizar no curto prazo, sem considerar a venda dos estoques, para cada real registrado a pagar.” Dessa forma, pode ser encontrado a partir da divisão da soma das contas do Ativo Circulante, exceto estoques, pelo total do Passivo Circulante.

No momento da análise, o contador irá avaliar se a empresa tem condições de saldar suas dívidas sem considerar a venda dos seus estoques. Em períodos de crise econômica, em que as vendas diminuem, conforme explicado anteriormente, o índice de liquidez seca também tende a cair em relação a períodos em que a economia está em expansão. Nesse momento, o empresário deverá tomar decisões para vender seus estoques e conseguir honrar suas obrigações.

10.1.4 Índice de Liquidez Imediata

Outro índice utilizado para avaliar a liquidez da empresa considera apenas as contas de Disponibilidades, incluindo caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Segundo Bruni (2011, p. 132), o índice de liquidez imediata “representa o valor que dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo.” Dessa forma, para encontrar o valor do índice deverá ser dividida a soma das Disponibilidades pelo total do Passivo Circulante.

No momento de análise desse índice, deverá ser considerado que nele constam as obrigações do ano inteiro, portanto é natural que a empresa não tenha já a sua disposição todos os recursos para saldar as dívidas. Entretanto, com o uso desse índice é possível afirmar quantos recursos a empresa já possui para o cumprimento de suas obrigações e quanto deverá ser realizado ao longo do ano para que não descumpra os compromissos assumidos.

10.2 Índices de endividamento

O índice de endividamento geral, segundo Clóvis Padoveze e Carvalho (2011, p. 156), “verifica qual a possibilidade de que, no futuro, a empresa tenha



condições de garantir todas as suas dívidas com os próprios recursos”. Como as dívidas estão contidas no passivo circulante e no exigível a longo prazo, relaciona-se o total dessas exigibilidades com o valor do patrimônio líquido, que representa os recursos próprios da empresa. Portanto, é um indicador que expressa a capacidade de a empresa garantir os captais de terceiros. O índice é encontrado a partir da soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante Exigível a Longo Prazo dividido pelo Patrimônio Líquido.

Grandes partes das empresas que vão à falência apresentam, durante um período relativamente longo, altos quocientes de capitais de terceiros/capitais próprios. Isso não significa que uma empresa com alto quociente necessariamente irá à falência, mas todas ou quase todas as empresas que vão a falência apresentam este sintoma. A participação de capitais de terceiros será benéfica para a empresa, desde que não determine uma situação de liquidez insustentável durante determinado período.

Em períodos de crises econômicas esse índice tende a crescer, pois as empresas costumam necessitar um maior aporte de capital de terceiros, como financiamentos bancários para manter suas atividades. O papel do contador analisando o crescimento desse índice será de alertar para o empresário a respeito do risco que o aumento das dívidas traz para a empresa, como o pagamento de juros elevados.

10.2.1 Índice de Endividamento Financeiro

Este indicador utiliza como passivo exigível apenas os valores obtidos de empréstimos e financiamentos, sejam eles de curto ou longo prazo. Este conceito de endividamento é mais coerente com a estrutura do passivo como fonte de financiamento, fazendo a relação entre Capital de terceiros e capital próprio. Portanto, não considera os passivos relacionados com o giro, que compõem a maior parte do passivo circulante. É expresso somando os empréstimos e financiamentos (tanto de curto quanto de longo prazo) e dividindo pelo Patrimônio Líquido.

Tecnicamente, contudo, desde que a empresa tenha condições de gerar lucratividade operacional suficiente para cobrir os encargos financeiros dos financiamentos e empréstimos, não haveria por que fazer ressalva quanto ao indicador.

Muitas empresas no Brasil costumam pegar capital de terceiros para gerir seus negócios, porém isso faz com que elas fiquem endividadas levando-as a falência. Por isso, é de suma importância que o contador tenha uma boa gestão sobre esse índice para que a empresa consiga garantir todas as suas dívidas com terceiros e dar continuidade as suas atividades.

10.3 Índices de Rentabilidade



É uma das partes mais importantes da análise financeira. A rentabilidade busca o retorno sobre o capital investido e identificar os fatores que levaram a esse retorno.

A rentabilidade é o resultado das operações da empresa em um determinado período e, portanto, envolve todos os elementos operacionais, econômicos e financeiros do empreendimento.

Na análise de rentabilidade, temos alguns fundamentos que envolvem sua análise, tais como: Lucratividade e Margem *versus* Rentabilidade e Giro.

No fundamento Lucratividade e Margem *versus* Rentabilidade, Padozeve e Benedicto (2010, p. 120) salienta que ambas são nomenclaturas diferentes. Lucratividade ou Margem são sinônimos e tem uma relação do resultado obtido com o valor da venda.

Já na Rentabilidade “é uma relação percentual do resultado obtido com o valor do investimento” Padozeve e Benedicto (2010, p. 121)

Alguns fatores que Impulsionam a Rentabilidade é o Giro. Na análise financeira, giro significa a velocidade que os ativos são operacionalizados e transformados em vendas. A equação para definir o número de Giro do Ativo é Valor de Vendas dividido pelo Valor do Ativo (Investimento). Quanto maior o giro de uma empresa, mais ela está produzindo e vendendo e, como consequência, aumentando sua margem de lucro.

O parâmetro para avaliação da rentabilidade em uma instituição é a relação do lucro obtido para um determinado valor de investimento. Esse resultado é em percentual e quanto maior o percentual, melhor foi a rentabilidade sobre o investimento. Algumas empresas usam a taxa básica de juros do país para comparar se a aplicação da empresa foi boa ou não. Se o retorno sobre o investimento foi maior que a taxa de básica de juros o investimento é considerado bom. Se não foi, o investimento foi ruim.

A análise de rentabilidade é uma ótima ferramenta para poder analisar se o investimento está tendo um bom retorno sobre o capital investido. Em um cenário de crise econômica a tendência é de as vendas ou serviços da empresa diminuir e, como consequência, o giro cai e a rentabilidade também.

O grande desafio para o empresário, em momentos de crise, é manter ou aumentar o retorno sobre o capital investido. Para conseguir esse resultado, a contabilidade é de suma importância, já que a mesma busca orientar o mesmo para conseguir manter seu negócio com um bom retorno sobre o capital. Melhor alocação de custos operacionais e não operacionais, ter um preço de venda atrativo, desde que não comprometa o desafio de manter a rentabilidade, e buscar grandes oportunidades com o cenário econômico adverso.

11. Provisões: Conceito

O termo provisões, segundo Paulo Viceconti Silvério das Neves em seu livro contabilidade avançada (2015, p. 69) refere-se a despesas com perdas de ativos ou com a constituição de obrigações que, embora já tenham seu fato gerador



contábil ocorrido, não podem ser medidas com exatidão e têm, portanto, caráter estimativo.

Viceconti (2015, p. 69) cita alguns exemplos de provisões em seu livro demonstrando perdas de ativos e demonstrando constituição de obrigações.

No primeiro exemplo, a Cia. Comercial CKF sabe, ao final do exercício social, que determinados créditos em relação a terceiros, decorrentes de suas atividades operacionais, não deverão ser honrados porque alguns de seus clientes estão com concordata ou falência decretadas ou passando dificuldades financeiras insolúveis a curto prazo. A perda é praticamente certa, embora seu valor não seja conhecido com precisão. A companhia pode fazer uma estimativa do prejuízo na liquidação de tais créditos e constituir uma provisão que figurará no balanço patrimonial como conta retificadora dos mesmos. Esta provisão é denominada de Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Já no segundo exemplo, a Cia. Fábio de materiais de construção, ao final do determinado exercício, constatou, através de seu departamento de pessoal, que seus funcionários já tinham direito a um determinado número de dias de férias, embora não tivessem gozado até então. A companhia pode constituir uma provisão para pagamento destas férias, a ser classificado no passivo circulante, uma vez que o direito foi adquirido no exercício, embora vá ser desfrutado apenas no exercício seguinte.

As provisões, portanto, podem ser contas retificadoras do ativo, constituídas em obediência ao princípio da prudência, ou representativas de obrigações, cujo valor é estimativo, em obediência ao princípio da competência.

A contrapartida da conta de provisão é uma conta de despesa que deverá ser computada na apuração do resultado do exercício.

11.1 Tratamento Fiscal

As únicas despesas com constituição de provisões que o fisco reconhece como dedutíveis para apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL no regime de lucro real, são os referentes à provisão com férias e com o 13º salário. As demais, portanto, são indedutíveis.

11.2 Provisão para desvalorização de imobilizados (Impairment)

Em seu livro Contabilidade Geral Facilitada, Padoveze (2017) explica que a provisão para desvalorização de imobilizados é um lançamento de ajuste para reduzir o valor contábil de um ativo ao seu valor de mercado, ou seja, seu valor justo. Quando não houver evidências de um valor de mercado para determinado ativo, deverá ser feito um estudo de projeção de fluxo de caixa gerado pelo ativo, descontado a valor presente por um custo de capital. O valor obtido por esse método também é denominado valor em uso.

Padoveze (2017, p. 363) ainda conceitua "impairment" como dano, prejuízo, deterioração, depreciação. Em termos contábeis, podemos definir



impairment como declínio no valor de um ativo ou dano econômico, causado por preço de mercado inferior ao valor de aquisição pelo seu uso, ou pela redução da capacidade de gerar benefícios (lucros) futuros.

11.3 Provisão de férias e 13º pelo Regime de Competência de Exercícios

Segundo Padoveze, (2017, p. 393) o 13º salário deve ser pago no final do ano, em novembro e dezembro. As férias devem ser gozadas pelos funcionários no máximo após um ano e onze meses da data de aquisição do direito.

Contudo, pelo regime de competência contábil, todo mês deve ser feita a apropriação da parcela de 1/12 avos de 13º e férias, porque já são direitos dos trabalhadores e obrigações para a empresa, assim como os encargos de INSS e o FGTS sobre o 13º e férias.

Apesar do lançamento contábil de 1/12 avos de 13º e férias ser denominado provisão, tecnicamente essas despesas não são provisões. A provisão caracteriza-se por ser estimativa de uma provável despesa ou custo.

Os valores a pagar de 13º e férias e seus respectivos encargos não são prováveis, e sim definitivos; são direitos conquistados mensalmente pelo trabalhador, por lei. Seus valores não são obtidos por estimativa, mas calculados em cima das verbas salariais já obtidas. Portanto, caracterizam-se como despesa líquida ou custo de valor certo, portanto, são obrigações certas para a empresa.

11.4 Provisão para passivos eventuais ou contingentes

Padaveze (2017, p. 427), em seu livro Contabilidade Geral Facilitada relaciona a provisão com o reconhecimento de uma provável despesa cujo valor possa ser estimado. A convenção contábil do conservadorismo determina que, em caso de dúvida com relação ao registro de uma despesa, esta deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

As práticas Contábeis definem que deve ser feita uma avaliação da probabilidade ou não de acontecer uma possível despesa. Assim, quando da análise de uma provável despesa, o endereçamento da análise é para identificar se a possibilidade de ocorrência da futura despesa é remota, possível ou provável.

Se a ocorrência da futura despesa for avaliada como remota, não deve ser reconhecida (contabilizada). Se a ocorrência for avaliada como possível, deve contar apenas de notas explicativas. Caso seja avaliada como provável, deverá ser contabilizada.

A avaliação deve ser feita por algum especialista no assunto (se for uma discussão legal, por um advogado especialista no assunto) ou em função de conhecimento do profissional contábil ou de informações claras que levam a essa avaliação, por exemplo, situações anteriores ou análogas.

O CPC 25 define passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob



controle da entidade ou ainda uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiência confiabilidade.

Os passivos contingentes que se enquadram nessas definições não devem ser reconhecidos na contabilidade.

11.5 Reconhecimento como despesa das provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado ou quando for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

11.6 Principais tipos de provisões contabilizadas

Padoveze (2017, p. 427) cita algumas provisões mais comuns que se enquadram na necessidade de reconhecimento (contabilização), que são: Provisão para perda por desvalorização de ativos, Provisão para créditos incobráveis e Provisão por reconhecimento de auto de infração fiscal defendido judicialmente, mas com probabilidade de perda.

11.7 Provisões e Crise Econômica

No uso da contabilidade como ferramenta para a empresa se planejar e evitar que os efeitos da crise econômica afetem o seu crescimento, o uso das provisões tem papel fundamental para que os empresários não sejam pegos de surpresa com o surgimento de novas obrigações e para que a empresa esteja preparada para o desembolso de capital, quando necessário.

Como exemplo apresentam-se as provisões trabalhistas, na qual o empregador poderá utilizar da contabilidade para apurar mês a mês o valor que será pago aos funcionários de férias e 13º salário. Dessa forma, o empresário estará preparado para fazer o desembolso, pois terá realizado uma poupança do capital durante o ano.

12. Considerações finais

Com a leitura e análise dos fatos apresentados, conclui-se que as crises econômicas são períodos em que ocorre uma queda na atividade econômica, levando a diminuição do PIB e acarretando consequências como o desemprego e a



inflação. Alguns exemplos de crise ao longo da história foram apresentados neste trabalho, com destaque para a Grande Depressão de 1929, Bolha Imobiliária de 2008, e a Crise que o Brasil atravessou no período de 2014 a 2016.

É importante ressaltar que as crises econômicas ocorrem por conta dos ciclos econômicos, ou seja, os países passam por momentos de expansão, quando o PIB aumenta assim como a oferta de emprego, e por períodos de recessão, em que o PIB cai e o desemprego aumenta. A partir desse cenário as empresas enfrentam dificuldades como o aumento nos custos por conta da inflação, o aumento do preço de venda e conseqüentemente redução do faturamento, visto que ocorre uma diminuição do consumo da população.

Dessa forma, o Governo toma medidas visando a retomada do crescimento, para aumentar a demanda de consumo e a oferta de emprego, tais como: desoneração da folha de pagamento, isenção de impostos sobre determinados produtos e a criação de subsídios e incentivos fiscais.

Em virtude dos fatos mencionados, é importante ressaltar que a Contabilidade é fundamental como instrumento de estudo do patrimônio das entidades. Valendo-se da contabilidade, os empresários analisam os pontos fracos da empresa, para cortar custos e despesas desnecessárias, alinhar e melhorar o fluxo de caixa, com o intuito das empresas atingirem um controle financeiro adequado, e conseqüentemente um aumento de suas margens de lucro.

Além disso, conforme demonstrado no trabalho, com o apoio da contabilidade os empresários conseguem fazer provisões e se preparar para desembolsos de capital. Dessa forma, mesmo em momentos de recessão econômica a empresa terá realizado um planejamento que a permite cumprir com suas obrigações sem abrir mão de fazer novos investimentos ou fazer cortes de custos.

A análise das demonstrações contábeis, por meio de quocientes de liquidez, endividamento e rentabilidade, como demonstrado no trabalho também se torna uma ferramenta importante para auxiliar o empresário nos momentos de crise. Isso porque fornece dados que podem ser comparados com outros momentos da empresa e, dessa forma, é possível tomar decisões que possibilitem o crescimento mesmo em períodos de crise.

O contador exerce papel de suma importância na medida em que através de seus conhecimentos, é capaz de contribuir com indicadores mais recentes. Por conta disso é importante que o contador mantenha-se atualizado, com cursos de qualificação profissional e que esteja atento às novas normas que estão em constante mudança, pois é a partir do seu trabalho que os clientes vão ter uma base para as devidas tomadas de decisões buscando conseguir manter suas empresas saudáveis durante os períodos de crises.

REFERÊNCIAS



ADVFN. Valores Históricos da Taxa Selic. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/valores-historicos>. Acesso em 05 out. 2019.

ALVERGA, Carlos Frederico Rubino Polari de. *A intervenção do Estado na economia por meio das políticas fiscal e monetária* – Uma abordagem keynesiana. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17920/a-intervencao-do-estado-na-economia-por-meio-das-politicasfiscal-e-monetaria-uma-abordagem-keynesiana>. Acesso em 30 jul. 2019.

BOYES, William; MELVIN, Michael. *Introdução à Economia*. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Ática, 2006.

BRUNI, Adriano Leal; *A análise contábil e financeira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, Talita de. *O que é crise econômica?* Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

FONTES, Rosa et al. *Economia: Um Enfoque Básico e Simplificado*. Atlas, 2010.

MATTHEWS, R.C.O. *O Ciclo Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

MOCHÓN, Francisco. *Princípios da Economia*. Tradução de Thelma Guimarães. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

PADOVEZE, Clovis Luiz; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; *Análise das Demonstrações Financeiras*. 3. ed. São Paulo: Cenage Learning, 2014.

PADOVEZE, Luís Clóvis. *Contabilidade Geral - Facilitada*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. Crise financeira do capitalismo. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/crise-financeira-capitalismo.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

REDAÇÃO. *Veja as medidas contra a crise já tomadas pelo Governo no Brasil*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/ultnot/2008/12/11/ult4294u2001.jhtm>. Acesso em: 30 jul. 2019.



Rede Jornal Contábil. *Contador o aliado dos clientes para enfrentar a crise econômica*. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/contador-o-aliado-dos-clientes-para-enfrentar-crise-economica/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SageBlog. *Como o contador pode ajudar os clientes a enfrentar a crise econômica*. Disponível em: <https://blog.sage.com.br/como-o-contador-pode-ajudar-os-clientes-a-enfrentar-a-crise-economica/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

São Judas Universidade. *Crise no Brasil: entenda as suas principais causas*. Disponível em: <https://www.usjt.br/blog/crise-no-brasil-entenda-as-suas-principais-causas/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SICSÚ, João. *Lições da crise de 2008 e 2009*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/licoes-da-crise-de-2008-e-2009/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TOFFOLI, Leopoldo. *New Deal*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/new-deal/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VELASCO, Valquíria. *Crise de 1929 (Grande Depressão)*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. *Introdução à Economia*. São Paulo: Saraiva, 2013.

WESSELS, Walter J. *Economia*. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2012.